

## VITÓRIA DA APROPUC!

# FUNDAÇÃO SÃO PAULO É CONDENADA A APLICAR O ÍNDICE DE 7,66% AOS SALÁRIOS DOS PROFESSORES DESDE 2005

Em sentença proferida no último dia 25/3, a Juíza da 76ª Vara do Trabalho de São Paulo condenou a Fundação São Paulo a aplicar o índice de 7,66% aos salários dos professores, devidos no ano de 2005, em ação ajuizada pelo Sinpro-SP e pela APROPUC, seguindo deliberação da assembleia dos professores da PUC-SP.

Com isso, de acordo com a sentença, os professores que não receberam o reajuste devido e legal terão direito a incorporar os 7,66% ao salário, em valores vencidos e vincendos, com reflexo nas férias gozadas e indenizadas (incluindo o adicional de 1/3), indenização por tempo de serviço, adicional de hora atividade, 13º salários e FGTS. Tudo devidamente corrigido e com juros legais.

No caso da PUC-SP recorrer da decisão, a determinação judicial ficará suspensa até que se esgotem as vias recursais. Porém, o Judiciário já aplica o direito devido aos professores. A APROPUC continuará na luta para assegurar que os direitos dos professores sejam respeitados, evitando excessos que violam a legis-

lação e os acordos firmados. Prova de que uma categoria unida fortalece as garantias individuais.

### O QUE REPRESENTA A DÍVIDA

Desde 2005 a PUC-SP deixou de pagar o reajuste de 7,66% devido aos seus professores. A APROPUC participou de uma série de tentativas de negociação que se revelaram infrutíferas, até a última em 2010, quando a Fundação recuou de uma proposta anterior e contrapropôs um valor considerado muito baixo pelos professores (apenas 1% do reajuste de 7,66% e 60% da dívida acumulada).

Diante da proposta os professores não tiveram alternativa senão ingressarem na Justiça do Trabalho. No início deste ano a dívida já alcançava cerca de 648,42% do salário de 2004.

A Fundação, de maneira ilegal, convocou os professores a um acordo individual, porém a atual sentença não faz referência aos professores que assinaram unilateralmente, mas estende a todos aqueles que estavam na universidade desde 2005 o direito ao paga-

mento. Nesse sentido a vitória expressa a rejeição da tentativa do empregador em descumprir acordo coletivo e realizá-lo individualmente, passando por cima de direitos adquiridos dos docentes.

O site do Sinpro-SP comenta a decisão acrescentando que "é uma extraordinária vitória do movimento dos professores da PUC-SP representados pelo Sin-

pro-SP e pela APROPUC, contra a arbitrariedade da atual gestão da universidade. Fracassou a tentativa da Fundação São Paulo de dividir o corpo docente da instituição e sai reforçada a capacidade de representação das entidades que assumiram a iniciativa do confronto" - veja abaixo os principais pontos da decisão judicial, a íntegra está no site [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br).

### A decisão da Justiça

ANTE O EXPOSTO, decido julgar a ação PROCEDENTE EM PARTE para, nos termos da fundamentação retro, condenar a reclamada Fundação São Paulo a pagar aos substituídos indicados pelo reclamante Sindicato dos Professores de São Paulo, em valores que serão apurados em liquidação de sentença, autorizados os descontos previdenciários e fiscais cabíveis, observada a prescrição pronunciada, as seguintes parcelas:

a) Diferenças salariais referentes ao ano de 2005 (item 2), no percentual de 7,66%, aplicável ao salário de 1º de junho de 2004, a contar de 1º de maio de 2005, aos professores substituídos apresentados pelo autor, com exceção daqueles que foram contratados após março de 2006, em valores vencidos e vincendos até a efetiva incorporação aos salários dos substituídos, e reflexos em férias

gozadas e indenizadas + 1/3, indenização por tempo de serviço, adicional hora atividade, 13º salários, aviso prévio (legal e ajustado), FGTS e multa de 40%, sendo que o aviso prévio e a multa de 40% destinam-se aqueles que foram dispensados;

b) Juros e atualização monetária (item 3), na forma da lei. A reclamada deve pagar custas de R\$1.200,00, calculadas sobre o valor de R\$60.000,00, provisoriamente arbitrado à condenação, ao final complementadas. A reclamada deve recolher as contribuições previdenciárias e o imposto de renda incidentes sobre as parcelas acima, passíveis de incidência, com comprovação em quinze dias. Após o trânsito em julgado, CUM-PRA-SE em 48 horas. Intimem-se as partes, a União e a CEF. NADA MAIS.

PRISCILA DUQUE MADEIRA  
Juíza do Trabalho Substituta



# A precarização do trabalho docente na PUC-SP

*O texto abaixo é uma reflexão baseada nos dados colhidos pela Comissão de Trabalho Docente da APROPUC. Ele reúne informações colhidas pelos docentes entre as diversas situações que caracterizam a maximização do trabalho docente na universidade.*

Sou professor(a) da PUC-SP. Coisa importante, considerando o contexto da universidade brasileira. Tenho "sorte", diriam muitos.

Mas vejamos como transcorre meu dia a dia de trabalho.

Hoje tenho um contrato de 40 horas semanais, divididos entre seis turmas e cinco programas diferentes, totalizando 18 horas em sala de aula e o restante de minhas atividades distribuídas na semana.

**2ª FEIRA** Pela manhã ministrei a primeira atividade é realizar um levantamento do material atualizado para uma das disciplinas pelas qual sou responsável, tendo como objetivo manter o programa atualizado como é esperado de qualquer professor.

Quando me dei conta já haviam passado quatro horas e tive de interromper a atividade uma vez que às 14h teria reunião de equi-

pe de uma outra disciplina que também ministro - das 14h às 16h. Terminado o trabalho, fiz orientação de dois alunos do programa de iniciação científica, o que me tomou mais duas horas.

Terminando essa orientação fui para casa preparar as aulas que seriam ministradas no dia seguinte. Foram mais duas horas de trabalho para apenas uma das turmas. Constatei, no fim do dia, que havia trabalhado 10 horas.

**3ª FEIRA** Logo cedo dei aula em uma turma que chamarei de turma 1, e que possui três créditos, o que me consome um tempo que vai das 9h até quase o meio dia.

Neste dia à tarde preparei a aula da disciplina 2, que me tomou mais tempo, pois esta é uma disciplina nova. Vim para a universidade à noite e ministrei mais esta aula, de onde saí às 22h.

Chegando em casa, enquanto coloquei meu jantar para esquentar, fui verificar meus e-mails, mesmo porque poderia haver alguma mensagem importante que deveria ser respondida imediatamente, já que não tive tempo de vê-los na segunda-feira. Traduzindo em números, nesse dia foram mais 11 ho-

ras de trabalho.

**4ª FEIRA** Das 8h às 12h, ministrei a aula da disciplina 3, mas como eu tinha que preparar um exercício para esta turma, acordei mais cedo e preparei-o antes de ir à universidade. À tarde, participei da reunião pedagógica do curso, das 14h às 17h30. Nessa noite, ainda, ministrei mais uma aula da disciplina 4, das 21h35 às 23h15. Esta aula, felizmente, já estava preparada desde a semana anterior. Ou seja, neste dia estive engajada(o) em atividades da universidade por 11 horas e 30 minutos.

**5ª FEIRA** É o meu dia "mais livre", pois ministro apenas uma disciplina de dois créditos à noite. Comecei meu dia verificando meus e-mails, constatei a necessidade de atualizar meu currículo Lattes, porque neste semestre haverá avaliação do curso *in loco*. Incluí as duas palestras que ministrei em finais de semana do mês anterior, e os pareceres que dei em um dos projetos que apresentou relatório. Acusei também a solicitação de mais um projeto de pesquisa para fazer mais um parecer. Para completar esta ses-

ção de "lazer" nesta manhã, registrei o planejamento de uma das disciplinas no portal. Constatei que já eram 14h e tinha muita fome. Fui comer no kilo, nisto já foram cinco horas de trabalho. No período da tarde preparei a aula da disciplina 4 para a próxima semana e corrigi as avaliações individuais da turma 4, com isso foram mais seis horas e finalmente fui para a aula das 21h35 às 23h15 na disciplina 5.

**6ª FEIRA** Pela manhã dei mais quatro horas de aulas em duas disciplinas, novamente a disciplina 5 e a disciplina 6. O período da tarde foi dedicado à preparação da programação da disciplina 6, para a semana seguinte, e também leitura do relatório de iniciação. Sobrou ainda a organização das atividades relativas às disciplinas 1, 2, 3 da próxima semana, ler o material para ser discutido na equipe da disciplina 2 e fazer os registros referentes ao planejamento e frequência dos alunos no portal acadêmico.

Ufa!!!!!!! 6ª feira final da tarde e já trabalhei 51 horas nesta semana e ainda tenho mais uma lista de tarefas a cumprir no final de semana.

**PUCViva**

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Apropuc:** Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

**Afapuc:** Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

**PUCViva:** 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br)

**PUCViva na Internet:** [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

**Editor:** Valdir Mengardo

**Reportagem:** Victor Sousa, Marina D'Aquino e Ana Carolina Andrade

**Fotografia:** Luana Lila

**Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

**Conselho Editorial:** Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischorst

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.



# Nesta segunda-feira, Consun decide sobre sindicância contra estudantes

A discussão sobre a anulação da sindicância contra os estudantes que ocuparam a Reitoria em 2007 tomou a maior parte da sessão ordinária do Consun de março, mas mesmo assim o tempo não foi suficiente para terminá-la.

A professora Haydee Roveratti, comandou a sessão diante do impedimento exposto pelo reitor.

Logo de início o pró-reitor de pós-graduação André Ramos Tavares, que havia pedido vistas do processo na sessão anterior, apresentou seu parecer, encaminhando pela nulidade de todo processo, pois a sindicância apresentava inúmeros vícios. Para o professor, não foi dado o direito de defesa, caracterizando um cerceamento da defesa técnica dos estudantes. E ainda para ele, a escolha dos sindicatos ocorreu por impossibilidade de reconhecimento de todos

os alunos, sendo chamados apenas alguns líderes do movimento (o que configurou uma perseguição política). Portanto seu voto foi pela nulidade total do processo: "se nós não anularmos a sentença o judiciário não manterá esta decisão. Já a professora Marcia Dinamarco, relatora do processo, continuou defendendo a sua primeira posição, no sentido que o pedido de nulidade fosse estendido para todos os citados no processo.

Sucederam-se várias falas contra e a favor da nulidade da sindicância.

A professora Maria Amalia Andery, sustentou que o processo era político e que revê-lo seria um esinamento para o Consun. A APROPUC distribuiu aos conselheiros um manifesto pedindo a nulidade da sindicância, cujos principais trechos publicamos abaixo e a íntegra está em seu site, [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br).



MARINA DAQUINO

Acima o plenário do Consun. Abaixo, à esquerda, a professora Haydee Roveratti assume a presidência da sessão. Ao centro o representante discente do Direito, Aldo Sauda e à direita o pró-reitor André Tavares

Devido ao adiantado da hora, a professora Haydee Roveratti encerrou a sessão, que terá sua continuidade nesta segunda-feira, 4/4, às 8h30, com pauta única.

Além deste assunto, o Consun deteve-se durante um longo período na apreciação dos processos de promoção na carreira dos profes-

sores que estavam repressados e que agora começam a ter sua situação regularizada. O professor Dirceu de Mello também informou ao plenário que a Comissão para Contrato de Trabalho teve seu prazo dilatado por mais 90 dias, pois não teve tempo hábil para produzir seu relatório.

## ***Pela nulidade do processo sindicante contra os estudantes!***

A APROPUC, entidade representativa do corpo docente desta universidade, vem por meio desta carta manifestar nosso posicionamento a respeito do Processo Administrativo Revisorial nº 38/2010, referente à estudante Viviane Pereira de Ornellas Cantarelli.

O ambiente universitário deve ser pautado sempre pelo princípio da pluralidade de ideias e da tolerância como elemento fundamental entre os membros da comunidade. E a PUC-SP, construída ao longo de quase 65 anos por meio dos milhares de professores, funcionários administrativos e estudantes que passaram por seus campi, sempre esteve na vanguarda acadêmica do Brasil. Durante os anos mais sombrios da ditadura brasileira, a PUC-SP foi referência na democracia interna, constituindo-se em uma grande referência educacional e política em nosso país.

(...) Lembremos que desde 2005 a PUC-SP passa por várias mudanças drásticas por conta da crise financeira, como as centenas de demissões de funcionários ao longo desses anos, a maximização e precarização dos contratos (...) Nessa época, havia a promessa da então reitora Maura

Veras de não adotar medidas arbitrárias e unilaterais em sua gestão. Infelizmente não foi isso que ocorreu. Sem nenhum diálogo, a Reitoria e a Fundação São Paulo demitiram sumariamente centenas de professores no começo de 2006. A crise financeira acaba alimentando cada vez mais uma crise interna. Professores com vários anos de dedicação à casa são demitidos sem processo administrativo e sem critério, avisados à distância. Nesse contexto é criado o processo de Redesenho Institucional, que trata o problema da universidade meramente como uma questão gerencial. Após a negativa em dialogar e em ouvir a comunidade por parte da então direção da PUC-SP, os estudantes, reunidos em assembleia pública decidiram então ocupar o prédio da Reitoria em protesto. Indo contra toda tradição da PUC-SP, a Reitoria evoca o pior da Ditadura Militar e, diferentemente da reitora de 1977 Nadir Kfoury, formaliza o pedido para que a mesma Tropa de Choque da Polícia Militar invadisse o campus e retirasse os estudantes que protestavam. Após esse episódio, um verdadeiro processo de inquisição começa na PUC-SP. A abertura do processo de

sindicância administrativa e o ajuizamento de uma ação penal foram usados apenas para legitimar a repressão, como uma espécie de demonstração de forças contra quem questionasse os rumos da direção da universidade.

Os estudantes citados como líderes do movimento foram selecionados a dedo através de um reconhecimento fotográfico feito pelos próprios seguranças da empresa terceirizada Graber. (...) Lembremos que o então conselheiro professor Dr. Dirceu de Mello, em seu voto no processo administrativo, declarou que era inadmissível escolher nove alunos para responderem por um evento realizado por centenas ou milhares de estudantes.

Todo o conjunto desse processo político representa uma afronta à história da PUC-SP, autônoma e democrática, criando um grande mal estar dentro da universidade. Portanto, a APROPUC vem a essa reunião do Conselho Universitário para defender a estudante Viviane Pereira de Ornellas Cantarelli e defender que se proceda à nulidade de sua punição

**Diretoria da APROPUC**  
**Maria Beatriz Costa Abramides -**  
**Presidente**

**CONSUN**  
**EXTRAORDINÁRIO**

**4/4**

**CONSELHEIRO:**  
**EM DEFESA**  
**DA AUTONOMIA E**  
**DEMOCRACIA**  
**UNIVERSITÁRIA**  
**VOTE PELA**  
**ABSOLVIÇÃO DOS**  
**ESTUDANTES**  
**SINDICADOS!**



# Curso de Filosofia pede redução de mensalidade no Consad

A reunião do Conselho Superior de Administração (Consad) na segunda-feira, 28/3, foi marcada pela reivindicação apresentada pelo curso de Filosofia, para que o valor de sua mensalidade seja reduzido para patamares próximos a R\$ 600.

O curso é o mais antigo da universidade, pois sua fundação remonta ao tempo em que a PUC-SP, enquanto universidade, ainda não existia. A argumentação dos professores e estudantes, que compareceram em peso ao Consad, é que hoje o curso de Filosofia vem sofrendo uma grande concorrência por parte de outras instituições de ensino, tanto públicas como particulares. Para os docentes (e também para o reitor Dirceu de Mello) é impensável que a PUC-SP não tenha um curso de Filosofia. Porém a situação é aflitiva, pois uma das turmas de primeiro ano não foi oferecida em virtude do pequeno número de inscritos.

A reivindicação de Filosofia sensibilizou os gestores e deverá voltar ao Consad assim que os pró-reitores de Planejamento e Graduação enviarem uma análise à Reitoria.

A APROPUC, por várias vezes, discutiu a necessidade de uma nova política para os cursos que tenham esse tipo de demanda reprimida, seja diminuindo o valor da mensalidade ou também praticando novas formas de publicidade que atinjam através de outros veículos o público alvo da-

quela modalidade.

A APROPUC também manifestou a sua discordância em relação aos cursos que não atingiram o número mínimo para a formação de turmas que sejam fechados sem a realização do vestibular complementar.

Outro assunto que polemizou a sessão foi a reivindicação de nove alunas do curso de Serviço Social que pleiteavam a isenção do pagamento das mensalidades de janeiro e fevereiro, pois, na qualidade de transferidas, já haviam efetuado o pagamento em sua faculdade de origem (a Faculdade Paulista de Serviço Social). Após acalorada discussão, as alunas foram isentadas do pagamento pelo voto do reitor Dirceu de Mello e do padre Rodolpho Perazzolo, tendo o padre João Julio votado contra.

## AGÊNCIA DE JORNALISMO ONLINE

Durante a sessão do conselho, também foi discutida a questão da Agência de Jornalismo Online, aprovada em todas as instâncias da universidade e no Consad, em novembro de 2010, após greve do curso de Jornalismo. Até o momento a agência não foi implementada, pois diversos programas e equipamentos necessários para o seu funcionamento não foram disponibilizados pelo setor de tecnologia da universidade.

Os questionamentos dos conselheiros da Fun-

dação São Paulo foram quanto ao conteúdo da agência.

O conselheiro Padre Rodolfo indagou quanto à linha editorial da agência, temendo que fosse ideológica, além de enfatizar que o caráter experimental da Agência Online deveria ficar muito claro. Já o conselheiro Padre João Júlio levantou a questão do caráter voluntário na participação dos estudantes, que deveria ser melhor aprofundado. Os professores e estudantes de Jornalismo presentes pediram fala e lembraram que no curso de Jornalismo já existe um projeto semelhante, como é o caso do jornal laboratorial *Contraponto* que há dez anos funciona exemplarmente, pautando um Jornalismo crítico, com participação voluntária dos estudantes, tendo sua periodicidade, qualidade e importância referenciadas em todo o país.

## CORREDOR DA CARDOSO

A construção de novos prédios no corredor da Cardoso de Almeida que abriga vários cursos da Faficla, também foi colocada em pauta, tendo a garantia do reitor Dirceu de Mello de que os estudantes localizados ali não irão para o campus Ipiranga e sim, provavelmente, para salas alugadas no Colégio Santa Marcelina.

A construção de novos prédios no espaço do corredor da Cardoso vem

mobilizando os cursos da Faficla nos últimos meses.

Num primeiro momento os secretários-executivos levantaram a hipótese de transferência do curso todo para o campus Ipiranga. A idéia foi contestada por alunos e pela direção da Faficla que levantou a impossibilidade de transferir alunos que haviam optado em seus vestibulares pelo campus Perdizes para o outro extremo da cidade.

## SOLIDARIEDADE AOS ESTUDANTES AGREDIDOS

O conselheiro Padre Rodolfo colocou também a importância de um voto de consideração do Consad aos estudantes da PUC-SP agredidos pela polícia nas manifestações contra o aumento do preço da passagem de ônibus e metrô de São Paulo.

Na quinta-feira 17/2, Vinicius Boim, aluno do pós-graduação em Serviço Social, foi barbaramente agredido por policiais da PM e teve que ser hospitalizado para submeter-se a uma operação cirúrgica, pois teve várias fraturas no nariz.

Na semana seguinte Guilherme Zocchio foi agredido por seguranças do metrô quando filmava a manifestação para uma disciplina do curso de Jornalismo. O aluno teve seu equipamento danificado e também teve que se submeter a tratamento hospitalar.



## FALA COMUNIDADE

## Os 7,66% - problema ou solução?

Franklin Goldgrub

O índice de recomposição salarial datado de 2005 é outro pomo de discórdia que divide a administração da instituição e o seu corpo docente.

Do ponto de vista das contas da universidade, o pagamento dos atrasados e a aplicação do índice aos salários atuais poderia colocar em risco o plano de recuperação econômica graças ao qual é possível vislumbrar o fim da dívida em prazo não superior a cinco anos - e que as últimas medidas poderiam abreviar ainda mais.

Para as contas dos professores, renunciar a 40% dos valores atrasados e à quase totalidade do índice em questão acarretaria mais uma perda salarial considerável - que somada às anteriores poderia

chegar a 40% dos respectivos rendimentos, isto é, uma espécie de "semi-demissão".

Por outro lado, a regularização da situação dos professores contratados recentemente bem como a suspensão, gradual ou imediata, do represamento dos docentes com direito a promoção no quadro de carreira, representará um novo ônus para a caixa da PUC.

O quadro é complicado e estimula a busca de soluções não convencionais. Uma delas já foi conjecturada, no âmbito da preocupação com a situação dos professores que se aproximam da idade de jubilação. Esta talvez seja uma boa ocasião para retomá-la.

Há algum tempo não se ouve mais qualquer menção ao Fundo de Pensão, talvez porque a sua criação poderia parecer mais um item a ser situado na coluna dos gastos.

Entretanto, é possível conceber essa ideia de uma forma diferente. A quantia acima referida, referida aos atrasados e ao próprio índice, ao invés de ser paga diretamente aos professores, seria canalizada para uma conta/PUC que funcionaria como uma espécie de FGTS suplementar, e com regras semelhantes. A sua retirada apenas ocorreria em caso de demissão ou doença grave, e o montante do Fundo ficaria disponível para a PUC, aumentando assim a sua liquidez e permitindo diminuir o recurso a empréstimos bancários.

De um lado, os professores teriam uma conta de poupança a mais para complementar sua aposentadoria e de outro a universidade disporia de um capital de giro que reduziria a despesa com juros bancários.

A partir do momento da cria-

ção do Fundo, o índice em questão (7,66%) cessaria de incidir sobre o montante. Os juros a serem estimados seriam calculados de forma a não onerar a instituição nem os mutuários - estabelecendo-se um valor simultaneamente inferior ao dos empréstimos bancários e superior ao que os aplicadores recebem das instituições financeiras.

Em acréscimo, a APROPUC poderia ceder ao Fundo parte do percentual pago pelos professores à associação e os professores que desejassem aumentar a sua participação autorizariam o desconto correspondente.

Uma solução desse tipo favoreceria ambas as partes e constituiria uma medida tendente a melhorar as relações na comunidade.

Franklin Goldgrub é professor do curso de Psicologia - FaCHS

## Em maio uma semana para os 140 anos da Comuna de Paris

Entre os dias 23 e 27/5, será realizada uma semana comemorativa dos 140 anos da Comuna de Paris. A atividade é promovida pela APROPUC, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), Núcleo de Estudos de História e o Conselho dos Centros Acadêmicos da PUC-SP (CCA).

As atividades terão participação de importantes intelectuais e militantes de esquerda do país, que analisarão diferentes aspectos da Comuna de Paris.

Também serão realizadas apresentações culturais com os músicos Arnaldo Nogueira e Carlinhos Antunes, além de performance com a professora Lívia Tragtemberg acompanhada pelo quinteto Mundano.

Confira a programação completa ao lado:

2ª feira -23/05 9:00h, sala 239	3ª feira -24/05 9:00h, sala 239	4ª feira -25/05 9:00h, sala 239	5ª feira -26/05 9:00h, sala100	6ª feira -27/05 9:00h, sala 100
<b>Abertura</b> <b>9:00h - Henry de Carvalho:</b> Courbet e a Comuna de Paris <b>9:30 - João Bernardo:</b> Marx, Bakunin e a Comuna de Paris	<b>Paulo Barsotti:</b> Marx, o estado e a Comuna <b>Águilas Mendes:</b> A importância da Comuna de Paris para a América Latina atual <b>Antonio Ozaí:</b> Comuna, comunas. Algumas reflexões sobre as lutas por uma sociedade sem pátria e sem patrões <b>Waldo Lao Fuentes:</b> Experiências de auto-organização nos movimentos sociais do México contemporâneo	<b>Lívia Cotrim:</b> Marx e a Comuna <b>Milton Pinheiro:</b> A Comuna e a transição para o socialismo <b>João Bocchi:</b> A Comuna de Paris e O Estado e a Revolução de Lenin <b>Vito Gianotti:</b> Outras Comunas virão	<b>Carlos Eduardo Carvalho:</b> A Comuna e a transição soviética <b>Vera Lúcia Vieira:</b> A Comuna na América Latina <b>Marcelo Buzetto:</b> Desafios atuais da auto-organização dos trabalhadores <b>Erson Martins Oliveira:</b> A Comuna e a Revolução Russa <b>Oswaldo Coggiola:</b> A Internacional e a Comuna de Paris	<b>Diana Assunção:</b> Louise Michel na Comuna de Paris <b>Ramon Casas Vilariño:</b> A Comuna de Paris e seu contexto histórico <b>Sofia Manzano:</b> A Comuna e a interpretação dos clássicos <b>Everaldo de O. Andrade:</b> A Comuna Boliviana
2ª feira -23/05 19h30, sala 239	3ª feira -24/05 19h30, sala 239	4ª feira -25/05 19h30, sala 239	5ª feira -26/05 19h30, sala100	6ª feira -27/05 19h30, sala100
<b>José Paulo Netto:</b> A Comuna de Paris e a Ditadura do Proletariado <b>Jason Borba:</b> A Comuna de Paris e a dialética da revolução proletária na América Latina <b>Bia Abramides:</b> As lições da Comuna e a atualidade da Revolução Social <b>Álvaro Bianchi:</b> A Comuna de Paris e o problema da hegemonia.	<b>Valério Arcary:</b> A Comuna: mobilização proletária, experiência democrática, luta anticapitalista, desafio internacionalista. <b>Rosa Maria Marques:</b> Tomando o céu de assalto. <b>Maria Angélica Borges:</b> A Guerra Franco-Prussiana e a Comuna de Paris na visão de Marx. <b>Edison Salles:</b> Da Comuna de Paris à estratégia soviética na luta pela emancipação dos trabalhadores.	<b>Lúcia Barroco:</b> Ética e Revolução <b>Rubens Sawaya:</b> A difícil auto-organização no período capitalista <b>Edson Passetti:</b> Comuna de Paris: vida como obra de arte <b>Marcos Del Roio:</b> Gramsci e a Comuna em perspectiva histórica	<b>Antônio Carlos Mazzeo:</b> Lenin e a Comuna de Paris <b>Alexandre Hecker:</b> A Comuna na Arte <b>Armando Boito:</b> O debate sobre a caracterização social e política da Comuna de Paris de 1871 <b>Eliei Machado:</b> Comuna de Paris, movimentos populares latino-americanos e práticas da democracia proletária	<b>Sérgio Lessa:</b> Da Comuna aos nossos dias: a atualidade do fim da exploração do homem pelo homem <b>Antônio Rago:</b> A Comuna de Astúrias de 1934 <b>Wanderson Fábio Melo:</b> A Comuna e a educação <b>Lúcio Flávio Almeida:</b> A Comuna e o debate contemporâneo sobre a transição para o socialismo



GAUCHE NA VIDA

# Documentário, um jeito 'gauche' de fazer cinema?

Ainda em cartaz em São Paulo (em apenas duas salas, na semana passada), o documentário Trabalho Interno (Inside Job, 2010) traça um mapa da crise econômica mundial que, em 2008, sacudiu mercados, sugou trilhões de dólares em riqueza, causou a falência de grandes instituições financeiras, o desemprego de milhões de pessoas e uma instabilidade sem precedentes em vários países.

O filme, que foi premiado com o troféu de melhor roteiro de documentário pelo Sindicato dos Roteiristas dos EUA e ganhador do Oscar de documentário, chama a atenção, desde o início, pela solidez de sua pesquisa. Mesmo lidando com um tema complexo, diversas entrevistas e materiais de arquivo, o filme consegue ser, ao mesmo tempo, claro e incisivo.

Charles Ferguson é autor de outro documentário igualmente contundente, "No End in Sight" (2007), que abordou as razões do governo George W. Bush para a guerra do Iraque. O intelectual, ex-palestrante de universidades como Berkeley e o MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), e milionário da indústria do software desde os anos 1990, mostrou um entrevistador preparado - e não raro corrosivo para desavisados, como o ex-assessor de

George W. Bush, Glenn Hubbard.

O filme explica de maneira concisa, didática e detalhada como diversos bancos norte-americanos promoveram agressivamente o financiamento e refinanciamento de hipotecas, mesmo para aqueles que claramente

man Brothers - caso dos ex-secretários do Tesouro Larry Summers, Robert Rubin, Henry Paulson e Timothy Geitner, vistos apenas em imagens de arquivo.

Por muitas razões, "Trabalho Interno" é um filme realisticamente sombrio.



*Por muitas razões, "Trabalho Interno" é um filme realisticamente sombrio. Pois denuncia que os idealizadores destas operações de alto risco fizeram-no deliberadamente - o que constitui crime, ainda não punido.*



não podiam pagá-las, ao mesmo tempo em que especulavam em cima desse não-pagamento, com lucros astronômicos.

Enquanto crescia a bolha da ciranda financeira, lobistas se empenhavam junto a políticos para que não se aprovasse nenhuma legislação dificultando seus movimentos - mantendo a desregulamentação iniciada nos anos 1980, com o presidente republicano Ronald Reagan, mantida pelo democrata Bill Clinton, na década de 1990.

Não por acaso, negaram entrevistas ao cineasta alguns dos arquitetos e defensores do modelo especulativo que quebrou bancos como Goldman Sachs e Leh-

Primeiro, porque denuncia que os idealizadores destas operações de alto risco fizeram-no deliberadamente - o que constitui crime, ainda não punido.

Segundo, porque vários deles continuam assessorando o governo atual de Barack Obama.

Terceiro, porque a universidade, que deveria oferecer um contraponto crítico, ao invés disso foi cooptada, com vários de seus eméritos professores aceitando cargos em conselhos diretores das empresas especuladoras, como consultores do governo ou palestrantes pagos regiadamente com milhares e milhares de dólares.

Por outro lado, teve

início dia 31/03/2011 a 15ª edição do Festival É Tudo Verdade, principal evento dedicado exclusivamente à cultura do documentário na América do Sul. Criado em 1996 pelo crítico Amir Labaki, o festival tem exibido anualmente cerca de uma centena de obras não-ficcionais brasileiras e internacionais, entre lançamentos e clássicos, simultaneamente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Nesta edição, além de filmes que trazem questões locais e nacionais como tema, há o "Foco Latino Americano" com destaque para produções do Chile, Colômbia, México e Peru. A programação do evento pode ser verificada no site [www.itsalltrue.com.br](http://www.itsalltrue.com.br). Vale a pena conferir esse jeito 'gauche' de fazer cinema.

*A matéria acima foi construída a partir dos sites [www.reuters.com](http://www.reuters.com) e [www.itsalltrue.com.br](http://www.itsalltrue.com.br)*

**Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.**



## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Ciclo de Debates pede retirada das tropas brasileiras no Haiti

Depois do lançamento da *Revista PUCviva Haiti*, a APROPUC continua apoiando a luta por liberdade do povo haitiano. Dessa vez, a Associação dos Professores da PUC-SP está apoiando o ciclo de debates *Haiti: Soberania e Dignidade*, organizado pelo Comitê Pró-Haiti Brasil e ECLA (Espaço Cultural La Latino Americano). Todas as atividades serão realizadas na rua da Abolição, 244, Bela Vista, São Paulo. Confira a programação:

Domingo, 3/4, foi realizada a abertura do evento com Bia Tragtenber, que leu o texto *As Crianças do Haiti*, de Mairynk Bárbara Corrales. O Comitê Lutar Pelo Haiti é Lutar por Nós Mesmos leu a Carta Aber-

ta à presidente Dilma Rousseff, que exige a retirada das Tropas Brasileiras do país. Também foi realizado a Exibição do documentário *Haiti: O Massacre de Cite Soleil* e seguido de debate com presença de Lúcia Skromov, do Comitê Pró-Haiti, Fignolé St-Cyr, secretário geral da CATH, e Frank Segui, sociólogo haitiano.

Sábado, 9/4, às 16h, será realizado o debate "As Mulheres do Haiti", com a socióloga Mara Onijá e Regina Lúcia, do Movimento Negro Unificado (MNU), Ji Mahal e Du Bamba, seguido de apresentação musical.

Quarta-feira, 13/4, às 20h, haverá exibição do documentário *Haiti: Sobe-*

rania e Dignidade, seguido de debate.

No dia 28/4, às 20h, acontecerá o Debate "Direitos Humanos e Brigadas Médicas Cubanas no Haiti", com presença do consul de Cuba em São Paulo, Lázaro Mendéz Cabrera, e o professor José Honçalves, do Comitê Pró-Haiti. No dia, também haverá show do grupo A Quatro Vozes.

A última atividade será realizada no dia 1/5, às 16h. O nome do debate é "Imperialismo e subordinação na América Latina e A Relação Brasil x Haiti", com o professor Armarildo Vieira e Simone Ishibashi, do Pão e Rosas e LER-QI. Para mais informações, (11) 3104-7401.

## Repúdio ao deputado Jair Bolsonaro

Em entrevista exibida no programa CQC, da TV Bandeirantes, no dia 28/3, o deputado Jair Bolsonaro, do PP-RJ, disse que seus filhos não correm o risco de virarem gays, pois "foram muito bem educados". Quando indagado pela cantora Preta Gil se permitiria que seus filhos namorassem uma mulher negra, o deputado respondeu "Preta, não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco porque meus filhos foram muito bem educados e não viveram em ambiente como lamentavelmente é o teu".

A fala do deputado foi considerada racista e homofóbica e Bolsonaro será julgado pelos órgãos competentes porque a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) já anunciou que processará Bolsonaro. Além disso, 20 deputados encaminharam uma representação contra o parlamentar do PP-RJ pedindo quebra de decoro parlamentar.

## Audiência Pública pressiona parlamentares pela liberdade de Gegê

Nos dias 4 e 5/4, será realizado o Júri Popular de Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, líder do Movimento de Moradia do Centro (MMC). Por isso, o Comitê Lutar Não é Crime e o Deputado Estadual Carlos Gianazzi organizaram uma Audiência Pública, pedindo a Liberdade de Gegê, na Assembleia Legislativa, no dia 31/3.

Durante a Audiência Pública, uma série de militantes, entidades e organizações civis manifestou apoio a Luiz Gonzaga da Silva e denunciou o caráter de perseguição política de seu processo. Ele é acusado de co-autoria em um

homicídio em 2002.

Na ocasião, uma série de provas e fatos foram mostrados aos parlamentares para provar a inocência de Gegê e a importância do Júri Popular.

### COMITÊ

O Comitê Lutar Não é Crime vem acompanhando o caso de Gegê e recolhendo moções de apoio de todo o Brasil, que pedem sua liberdade.

Entre os depoimentos, está o de Osmar Borges, Coordenador Geral da Frente de Luta Pela Moradia. "A Frente de Luta por

Moradia declara solidariedade e total apoio ao companheiro Gegê, que tem uma vida pautada pelas lutas em favor da moradia para o povo pobre, deste Brasil rico e desigual. Neste momento é importante cerrarmos nossos ombros para enfrentar e impedir mais esta tentativa de criminalização dos movimentos", declarou.

Para mandar moções de apoio e mais informações sobre o Comitê, acesse [www.lutarnaoccrime.blogspot.com](http://www.lutarnaoccrime.blogspot.com)

O *PUCviva* irá acompanhar o júri popular de Gegê e a APROPUC apoia a luta pela liberdade do militante.

## Marcha Nacional protesta contra a Homofobia

No dia 18/5, em Brasília, será realizada a 2ª Marcha Nacional Contra a Homofobia. A marcha é para a continuidade da mobilização após o dia 17/5, em que é comemorado o Dia Internacional contra a Homofobia. A data escolhida como dia internacional faz menção ao dia em que a Organização Mundial de Saúde retirou a homossexualidade do Código Internacional de Doenças.

Em seu manifesto, as organizações LGBT enfatizam: "não aceitamos que dogmas religiosos sejam usados como justificativas para o preconceito e negação de direitos aos LGBT. É preciso assegurar a laicidade do Estado e garantir o respeito à diversidade". A concentração da marcha será no dia 18/5, às 9h, na Esplanada dos Ministérios, em frente à Catedral.



# ROLA NA RAMPA

## Funcionários assinam Acordo Interno



THIAGO PACHECO

A AFAPUC assinou o Acordo Interno de Trabalho aprovado pela assembleia dos funcionários. Na foto, os diretores da AFAPUC, Francisco Cristóvão e Nalcir Ferreira Jr., o reitor Dirceu de Mello, e o padre Rodolpho Perazzolo, pela Fundação São Paulo.

## Campanha discute estágio em Direito

A Federação Nacional de Estudante de Direito (FENED), lançou na sexta, 1/4, na PUC-SP sua Campanha de Estágio. A Federação terá para esse ano como bandeiras principais o combate às opressões, a educação jurídica (se contrapondo ao ensino jurídico tecnicista e dogmático que observados nas faculdades) e o debate sobre o papel do estágio em Direito. A atividade foi realizada no Pátio da Cruz e contou com a presença do Prof. Willis Guerra, da estudante Nadja Carvalho da UFPI e coordenação nacional da FENED, Cleyton Borges, do sindicato dos advogados, e do Coletivo Feminista Yabá, composto pelas mulheres que atuam no Grupo Construção Coletiva, da PUC-SP.

## Atividade debate jovem, gênero e violência

*Jovens, Gênero e Violência* é o nome da atividade promovida pelo Curso de Relações Internacionais e pelo Prof. Dr. Reginaldo Nasser. No dia 12/4, será realizado um

## Orientação profissional para funcionários

Em parceria com a Clínica Psicológica e o Setor de Atendimento Comunitário (PAC), a Divisão de Recursos Humanos (DRH) oferecerá serviço de orientação profissional para os funcionários administrativos da PUC-SP. No total, serão realizados dez encontros, sempre às quintas-feiras, das 19h às 20h40, com previsão de início para o dia 7/4. O serviço é gratuito e terá supervisão da professora Patrícia Mortara, do departamento de Psicologia. O objetivo dos encontros é fazer com que o funcionário possa escolher ou repensar sua carreira profissional. Os interessados podem entrar em contato com a Clínica Psicológica até o dia 5/4, nos telefones 11 3670-8040/8041.

workshop, das 9h às 12h e, das 14h às 18h e, no dia 13/4, das 17h às 20h, um seminário. Ambas atividades ocorrem na sala 100 do Prédio Novo, campus Perdizes.

## Reunião do Comitê Unificado

Para dar sequência às mobilizações contra a precarização do trabalho e ensino na PUC-SP, o Comitê Unificado criado após o debate *Deliberação 01/2011 - Como ficamos e para onde vamos*, se reuniu novamente nesta terça, 29/3, na sede da APROPUC. Entendendo a dinâmica de cada setor da universidade, a necessidade de maior contextualização com estudantes, professores e funcioná-

rios sobre o que vem ocorrendo na universidade, o Comitê irá agora se reunir quinzenalmente, com o próximo encontro marcado para o dia 12/4. Como proposta da diretoria da APROPUC, o **PUCviva** iniciará uma série de entrevistas com professores da universidade, enfatizando a importância da mobilização conjunta e que independentemente do curso, todos professores e estudantes são atingidos.

## Arte Karajá no Museu da Cultura

Até o dia 20/4, o Museu da Cultura recebe a exposição *Arte Karajá - bonecas, objetos e fotos*. Na abertura, houve mesa redonda com Sandra Lacerda Campos, professora da

USP. O horário de funcionamento do Museu da Cultura é de segundas e quartas, das 11h30 às 13h e das 14 às 19h, e de terças, quintas e sextas, das 14 às 19h.

## Aula inaugural na Ocupação Prestes Maia

No dia 26/3, a aula inaugural do curso de Ciências Sociais da PUC-SP foi realizada na Ocupação Prestes Maia, no centro de São Paulo. A atividade teve presença da Frente de Luta pela Moradia (FLM), Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), do Coletivo Comboio e da PUC-SP, que foi representada pela Prof. Dra. Matilde de Melo. Mais de 100 estudantes do curso de Ciências Soci-

ais participaram da atividade. A ocupação Prestes Maia é considerada a maior ocupação vertical da América Latina e já recebeu mais de 400 famílias entre 2002 e 2007. Foi reocupada em 3/10 de 2010 e vem sofrendo uma série de ameaças de reintegração de posse. Para relato completo da atividade, acesse a página virtual do Coletivo [Coletivo Comboio.org](http://ColetivoComboio.org).

## Lançamento de Coleção sobre História Geral da África

O Programa de Estudos Pós-Graduados em História e a Profa. Maria Antonieta Antonacci promovem o lançamento da Coleção UNESCO - História

Geral da África, uma coleção de oito volumes produzida e editada pela UNESCO. A atividade será realizada no dia 6/4, às 9h30, no Tucarena.



**ATENÇÃO PROFESSOR!**

## APROPUC E SINPRO-SP APRESENTAM SIMULAÇÕES PARA PAGAMENTO DO REAJUSTE E DÍVIDA DE 2005

Na última segunda-feira, 5/4, em continuidade às negociações com a Fundação São Paulo e a Reitoria, a APROPUC e o Sinpro-SP encaminharam simulações para o pagamento do reajuste salarial e a dívida referente a 2005.

As propostas, que apresentamos na página 2, refletem as preocupações da categoria em incorporar os valores do reajuste de 2005, bem como o pagamento da dívida acumulada. As simulações foram construídas com base nos dados oferecidos pela instituição e projetando um menor

impacto no orçamento da universidade. As diretorias da APROPUC e do Sinpro-SP avaliaram como possível a aplicação dos estudos apresentados.

Durante várias assembleias, a categoria optou por recompor em prazos mais dilatados os valores devidos, mesmo que isto signifique diminuição do montante a ser recebido.

Para os professores, a entrada na Justiça, embora já aprovada em assembleia, tem sido colocada como último recurso, compreendendo que esta posição implicará, além

do pagamento da dívida acumulada, em juros mensais no valor de 1% desta dívida, o que deixaria o montante a ser pago fora de controle.

Nesta última reunião, a APROPUC e o Sinpro-SP se posicionaram colocando para os gestores que, tendo em vista o tempo de negociação, a necessidade de se ter celebrado um acordo que reconhecia a interrupção da prescrição da dívida, aguardam uma proposta definitiva para a solução do pagamento da dívida pelos gestores.

Os representantes da Fundação e da Reitoria receberam as propostas e ficaram de analisá-las até o dia 13/4, quando apresentarão uma resposta às diretorias das entidades.

A APROPUC está chamando uma assembleia decisiva na qual espera ter um posicionamento definitivo sobre a questão.

A presença dos professores na assembleia da APROPUC, dia 14/4, às 17h30, na sede da entidade, é fundamental para que a categoria possa decidir sobre o reajuste e o pagamento da dívida.

### ELEIÇÕES

Assembleia  
tem nova data

Tendo em vista a urgência da decisão sobre a dívida de 2005, a assembleia para a discussão do processo eleitoral da APROPUC foi transferida para o dia 22/4, quinta-feira, às 17h30, na sede da entidade.

## ASSEMBLEIA DOS PROFESSORES

DECISÃO FINAL SOBRE O REAJUSTE  
SALARIAL E A DÍVIDA DE 2005

14/4 - quarta-feira - 17h30 - Sede da APROPUC



# SIMULAÇÕES PARA O PAGAMENTO DO REAJUSTE E DA DÍVIDA DE 2005

Nesta página apresentamos sete simulações propostas pela APRO-PUC e Sinpro-SP para o pagamento do reajuste e dívida de 2005. As quatro primeiras referem-se à incorporação dos 7,66% devidos desde 2005 e as três tabelas finais referem-se ao pagamento dos valores acumulados durante estes cinco anos.

Os estudos levaram em consideração os números fornecidos pela Fundação São Paulo. Nas tabelas, a incorporação dos 7,66% e o pagamento da dívida estão previstas em até oito anos, podendo ocorrer de duas formas, uma linear, com valores iguais para todos os anos até 2017, e outra mantendo um patamar até 2014, quando há uma elevação dos índices. Essa forma foi pensada considerando que a partir de 2014

encerra-se o pagamento dos empréstimos e amortização das dívidas bancárias.

Com estas propostas a PUC-SP terá uma economia, cujos valores encontram-se expressos no final das tabelas, uma vez que optando pelo parcelamento e não quitando todo o montante à vista, os professores estão deixando de receber o que teriam por direito.

Os estudos levaram em consideração o fato de que quitando-se a dívida conforme as simulações, sem recorrer a empréstimos bancários, conforme proposto pelos gestores, a universidade estaria reembolsando os docentes ao invés de pagar juros aos bancos.

Os valores monetários estão expressos em mil reais.

## SIMULAÇÕES PARA INCORPORAÇÃO DOS 7,66%

PROPOSTA 1	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
<b>0,50% ATÉ 2014</b>	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	1,68%	1,68%	1,68%	
1ª PARCELA 0,50%	964,25	964,25	964,25	964,25	964,25	964,25	964,25	964,25	
2ª PARCELA 0,50%		969,07	969,07	969,07	969,07	969,07	969,07	969,07	
3ª PARCELA 0,50%			973,92	973,92	973,92	973,92	973,92	973,92	
4ª PARCELA 0,50%				978,79	978,79	978,79	978,79	978,79	
5ª PARCELA 0,50%					983,68	983,68	983,68	983,68	
6ª PARCELA 1,68%						1.000,21	1.000,21	1.000,21	
7ª PARCELA 1,68%							1.017,01	1.017,01	
8ª PARCELA 1,68%								1.034,10	
<b>TOTAL</b>	<b>964,25</b>	<b>1.933,32</b>	<b>2.907,24</b>	<b>3.886,02</b>	<b>4.869,70</b>	<b>5.869,91</b>	<b>6.886,92</b>	<b>7.921,01</b>	<b>35.238,38</b>
ECONOMIA PARA A PUC 82.940,10									
PROPOSTA 2	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
<b>LINEAR 8 ANOS</b>	0,93%	0,93%	0,93%	0,93%	0,93%	0,93%	0,93%	0,93%	
1ª PARCELA 0,93%	1.793,51	1.793,51	1.793,51	1.793,51	1.793,51	1.793,51	1.793,51	1.793,51	
2ª PARCELA 0,93%		1.810,18	1.810,18	1.810,18	1.810,18	1.810,18	1.810,18	1.810,18	
3ª PARCELA 0,93%			1.827,02	1.827,02	1.827,02	1.827,02	1.827,02	1.827,02	
4ª PARCELA 0,93%				1.844,01	1.844,01	1.844,01	1.844,01	1.844,01	
5ª PARCELA 0,93%					1.861,16	1.861,16	1.861,16	1.861,16	
6ª PARCELA 0,93%						1.878,47	1.878,47	1.878,47	
7ª PARCELA 0,93%							1.895,94	1.895,94	
8ª PARCELA 0,93%								1.913,57	
<b>TOTAL</b>	<b>1.793,51</b>	<b>3.603,69</b>	<b>5.430,71</b>	<b>7.274,72</b>	<b>9.135,88</b>	<b>11.014,35</b>	<b>12.910,29</b>	<b>14.823,86</b>	<b>65.986,99</b>
ECONOMIA PARA A PUC 52.191,49									
PROPOSTA 3	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
<b>LINEAR 6 ANOS</b>	1,24%	1,24%	1,24%	1,24%	1,24%	1,24%			
1ª PARCELA 1,24%	2.391,34	2.391,34	2.391,34	2.391,34	2.391,34	2.391,34			
2ª PARCELA 1,24%		2.420,99	2.420,99	2.420,99	2.420,99	2.420,99			
3ª PARCELA 1,24%			2.451,01	2.451,01	2.451,01	2.451,01			
4ª PARCELA 1,24%				2.481,41	2.481,41	2.481,41			
5ª PARCELA 1,24%					2.512,17	2.512,17			
6ª PARCELA 1,24%						2.543,33			
<b>TOTAL</b>	<b>2.391,34</b>	<b>4.812,33</b>	<b>7.263,35</b>	<b>9.744,75</b>	<b>12.256,93</b>	<b>14.800,25</b>			<b>51.268,95</b>
ECONOMIA PARA A PUC 37.364,91									
PROPOSTA 4	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
<b>0,70% ATÉ 2014</b>	0,70%	0,70%	0,70%	0,70%	0,70%	1,35%	1,35%	1,35%	
1ª PARCELA 0,70%	1.349,95	1.349,95	1.349,95	1.349,95	1.349,95	1.349,95	1.349,95	1.349,95	
2ª PARCELA 0,70%		1.359,40	1.359,40	1.359,40	1.359,40	1.359,40	1.359,40	1.359,40	
3ª PARCELA 0,70%			1.368,92	1.368,92	1.368,92	1.368,92	1.368,92	1.368,92	
4ª PARCELA 0,70%				1.378,50	1.378,50	1.378,50	1.378,50	1.378,50	
5ª PARCELA 0,70%					1.388,15	1.388,15	1.388,15	1.388,15	
6ª PARCELA 1,35%						1.406,89	1.406,89	1.406,89	
7ª PARCELA 1,35%							1.425,88	1.425,88	
8ª PARCELA 1,35%								1.445,13	
<b>TOTAL</b>	<b>1.349,95</b>	<b>2.709,35</b>	<b>4.078,27</b>	<b>5.456,76</b>	<b>6.844,91</b>	<b>8.251,80</b>	<b>9.677,68</b>	<b>11.122,81</b>	<b>49.491,52</b>
ECONOMIA PARA A PUC 68.666,96									

## SIMULAÇÕES PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA

DÍVIDA APURADA PELA PUC FEV. 2010 = 53.500,00

PROPOSTA 5	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
<b>4 PARCELAS + 4 ÚLTIMAS COM 5% AO ANO</b>	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	15,19%	15,19%	15,19%	15,19%	
<b>TOTAL</b>	<b>6.687,50</b>	<b>6.687,50</b>	<b>6.687,50</b>	<b>6.687,50</b>	<b>8.128,70</b>	<b>8.128,70</b>	<b>8.128,70</b>	<b>8.128,70</b>	<b>59.264,79</b>
PROPOSTA 6	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
<b>EM 8 ANOS SEM CORREÇÃO DA INFLAÇÃO</b>	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	
<b>TOTAL</b>	<b>6.687,50</b>	<b>6.687,50</b>	<b>6.687,50</b>	<b>6.687,50</b>	<b>6.687,50</b>	<b>6.687,50</b>	<b>6.687,50</b>	<b>6.687,50</b>	<b>53.500,00</b>
PROPOSTA 7	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
<b>EM 8 ANOS COM CORREÇÃO DA INFLAÇÃO</b>	12,50%	13,13%	13,78%	14,47%	15,19%	15,95%	16,75%	17,59%	
<b>TOTAL</b>	<b>6.687,50</b>	<b>7.021,88</b>	<b>7.372,97</b>	<b>7.741,62</b>	<b>8.128,70</b>	<b>8.535,13</b>	<b>8.961,89</b>	<b>9.409,98</b>	<b>63.859,67</b>

GASTO POR ANO DA PUC COM O 7,66% = 14.772,31 - GASTO DA PUC EM 8 ANOS = 118.178,50 - GASTO DA PUC EM 6 ANOS = 88.633,86